



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



**REMEMORAR, CONTAR, RESISTIR:**  
**VÍNCULOS, AFETOS E RESISTÊNCIAS NAS MEMÓRIAS DE MULHERES**  
**SOBRE A LUTA CONTRA A DITADURA BRASILEIRA**

Lara Lucena Zacchi<sup>1</sup>

**Resumo:** Ao refletir sobre os eventos históricos do período ditatorial brasileiro, considero suas rupturas e reminiscências no tempo presente. Nesse sentido, proponho analisar a ditadura militar brasileira a partir de memórias de mulheres que tornaram públicas suas vivências de luta, ressaltando as relações de gênero articuladas por elas. Objetivo, ao considerar as diferentes formas de resistências encontradas por essas mulheres quando submetidas à violência ditatorial, atentar para as redes de amizade, vínculos e sociabilidades entre mulheres mobilizadas por suas memórias ao longo do tempo. Para tanto, analiso testemunhos vinculados ao livro de memórias “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997), ao audiovisual “Memórias femininas da luta contra a ditadura militar” (2015) e ao filme “Torre das Donzelas” (2018), de Susanna Lira. A partir dos aportes teórico-metodológicos dos estudos de gênero, da história das emoções e da história do tempo presente, compreendo maneiras pelas quais essas mulheres rememoram e ressignificam suas vivências de luta e resistência contra a ditadura brasileira, mobilizando uma memória coletiva que ecoa significados no presente e articula tempos históricos. Por fim, percebo as redes de afetos, vínculos e sociabilidades entre essas mulheres como formas de resistência e luta contra o período ditatorial. Ainda, na medida em que são retomadas por memórias, entendo que essas redes continuam atuando como formas de disputas no tempo presente.

**Palavras-chave:** Ditadura militar brasileira, memória de mulheres, relações de gênero, resistências.

## INTRODUÇÃO

Na conferência de abertura do IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente, ocorrida em março de 2021, a historiadora Christelle Taraud reiterou – a partir de uma perspectiva interseccional – que as mulheres foram essencial e historicamente marginalizadas das esferas políticas da sociedade, quando em relação aos homens. Concomitantemente elas foram, por muito tempo, marginalizadas da escrita da história e da produção do conhecimento histórico. Nesse sentido, Christelle Taraud – assim como diversas

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/UDESC), bolsista CAPES DS. e-mail: laralucenaz1@gmail.com



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021** PRESENTE  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



outras teóricas, tais quais Michelle Perrot (1989)<sup>2</sup> – ressaltou a importância da produção e utilização de fontes “menosprezadas e/ou deslegitimadas” na pesquisa historiográfica, práticas essas que alinham-se às teorias feministas e combatem aquilo que a historiadora chama de “femicídio historiográfico”. Nesse sentido, a utilização das fontes orais, os livros de memórias, os relatos autobiográficos, os diários e cartas, por exemplo, na pesquisa histórica, podem ser entendidas como uma “revanche das mulheres” (PERROT, 1989, p. 40). Em outras palavras, a ampliação da legitimação destas fontes na produção historiográfica – e, conseqüentemente, em sua articulação na dimensão pública – possibilitou que novos passados fossem narrados, ao passo que, aos poucos, sejam tensionados os saberes centrados nas estruturas de poder patriarcais, capitalistas e coloniais, como bem apontado por Christelle Teraud na referida conferência.

No presente trabalho proponho suscitar debates que se inserem em diálogo com estes argumentos. Objetivo refletir sobre memórias de mulheres brasileiras que se movimentaram nas esferas públicas para retomarem suas vivências de difícil assimilação, associadas ao passado latente da ditadura militar brasileira<sup>3</sup>. Essas vivências referem-se às formas como a repressão da ditadura militar brasileira atuou sobre seus corpos e subjetividades, e, conseqüentemente, as resistências possíveis travadas por elas contra o aparato repressor – sobretudo no período em que estiveram sob a condição de presas políticas. Essas memórias rememoram e contam sobre passados que foram marcados por traumas e vivências de difícil assimilação, cujo “respeito aos silêncios” implicado nas temporalidades do testemunho (TEGA, 2019, p. 234) foi necessário para que se estabelecesse, aos poucos, um espaço de fala e escuta. Assim, com o tempo, os eventos do passado puderam ser assimilados e ressignificados, sendo articulados a partir de diferentes vieses e escolhas voluntárias e/ou involuntárias.

Dito isso, os relatos de mulheres que retomaram as vivências da repressão ditatorial nas prisões políticas e nos centros clandestinos de tortura mobilizaram, com o passar dos anos, aspectos específicos que são por vezes recorrentes, mesmo quando retomados em contextos históricos distintos. Este trabalho foca, então, nas memórias que articularam a

---

<sup>2</sup> Ver mais em: PERROT, 1989; ROVAI, 2017.

<sup>3</sup> Este trabalho emerge de discussões realizadas em minha pesquisa de mestrado, que encontra-se em desenvolvimento.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



emoção e o gênero como singulares aos processos históricos próprios ao passado narrado, assim como ao presente em que estas mulheres se inserem quando as retomam. Como aporte teórico-metodológico, o trabalho encontra-se ancorado na história do tempo presente em diálogo com a teoria feminista, com os estudos de gênero e, ainda, com o emergente campo da história das emoções. Para tal, analiso trechos de relatos orais de mulheres transcritos e vinculados em diferentes suportes, mas que possuem como ponto em comum o fato de articularem memórias de mulheres sobre o cárcere político da ditadura nas esferas públicas. Assim, analiso neste trabalho trechos das seguintes fontes: livro de memórias autobiográficas “Tiradentes, um presídio da ditadura”<sup>4</sup> (1997); documentário “Memórias Femininas da luta contra a ditadura militar”<sup>5</sup> (2015) e o filme-documentário “Torre das Donzelas”<sup>6</sup> (2018).

## **MEMÓRIAS DE MULHERES SOBRE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA NA DIMENSÃO PÚBLICA**

Nas décadas iniciais do período pós-ditadura, as principais produções acadêmicas que focalizaram os processos da ditadura militar como tema não se propuseram a adentrar na história das mulheres ou nas questões de gênero, aspectos tão estruturais do sistema ditatorial brasileiro (TELES, 2015). No Brasil, a categoria de gênero teve sua incorporação nos debates acadêmicos sobretudo no início da década de 1990 (PEDRO, 2005), tendo sido impulsionada a partir da circulação do trabalho da historiadora Joan Scott (1995), intitulado “Gênero: uma

---

<sup>4</sup> O livro de memórias “Tiradentes, um presídio da ditadura” foi lançado em 1997 e organizado por Alípio Freire, Izaías Almada e J. A. de Granville Ponce. A obra carrega memórias autobiográficas de 32 pessoas que foram presas políticas no Presídio Tiradentes entre os anos de 1967 a 1973, quando o presídio foi derrubado. Dentre as pessoas que escreveram relatos autobiográficos para o livro, 10 delas são mulheres. O livro aborda então, relatos acerca do cárcere político da ditadura naquele espaço prisional, destacando vivências relativas às práticas cotidianas de presos e presas políticas.

<sup>5</sup> A produção audiovisual “Memórias Femininas da Luta contra a Ditadura Militar”, foi divulgada no ano de 2015 pelo Laboratório de Estudos do Tempo Presente do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob a coordenação de Maria Paula Araújo e está disponível na plataforma midiática do *Youtube*. A produção audiovisual aborda diversas experiências de mulheres com base em depoimentos orais pertencentes ao acervo “Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil”. Sua estrutura comporta 51’34” de vídeo, divididos em cinco partes, intercalando depoimentos e pequenos textos informativos. Estas partes demonstram: “A violência contra as mulheres”, “O lugar de Antígona”, “O ‘amor nos tempos do cólera””, “Movimento Feminista” e “Atuação política das mulheres em tempos de democracia”.

<sup>6</sup> A produção “Torre das Donzelas”, é um filme-documentário dirigido por Susanna Lira entre os anos de 2011 e 2018. A obra desenvolve uma narrativa sensível que se debruça em abordar parte do período de cárcere político vivenciado por mulheres nas dependências do Presídio Tiradentes de São Paulo, a chamada Torre das Donzelas. Apresenta memórias que retomam o cotidiano naquele cárcere político da ditadura, retomando relações estabelecidas entre mulheres na época, bem como suas resistências contra a ditadura.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



categoria útil de análise histórica”. A partir da difusão desta pesquisa e das posteriores que foram com ela estimuladas – a exemplo do texto de Joana Maria Pedro (2005) – somadas a articulação com os movimentos de mulheres e feministas brasileiros que tiveram seu fortalecimento a partir da década de 1960 (PINTO, 2003), abriu-se um espaço para a consolidação do campo dos estudos de gênero no Brasil (PEDRO, 2005). Possibilitou-se, assim, que narrativas outras fossem traçadas a partir deste viés. Nesse sentido também se inserem as narrativas que passaram a tematizar a ditadura a partir do viés de gênero.

Mesmo com este cenário, foi reproduzida uma visão recorrentemente generalizada da militância e resistência à ditadura referente às experiências de homens (TEGA, 2019) com a prevalência de uma memória hegemônica masculina, bem como a reprodução de uma memória focada na disputa entre a luta armada e a repressão ditatorial (PRAXEDES; MANSO, 2020). A título de justificar este argumento, cito os levantamentos realizados por Janaína Teles em sua tese de doutorado (2011), retomado e ampliado por Danielle Tega (2019), que demonstram a falta de testemunhos que perspectivaram a memória de mulheres ao longo dos anos, quando em comparação aos homens. Ambos estudos demonstram que os testemunhos sobre a ditadura – que tiveram sua impulsão a partir principalmente da década de 1980 (TEGA, 2019) – cunharam-se sobremaneira nas vivências e memórias de homens<sup>7</sup>.

Posteriormente, ancorada em uma perspectiva de análise voltada ao gênero e ao feminismo, a autora buscou por diferentes estilos narrativos, passando então a considerar em sua análise produções como o romance, o conto, as peças de teatro, os livros de autobiografias e de memória, o cinema e a literatura como meios de publicização da memória de mulheres. Foi aí que Danielle Tega pode destacar uma maior abrangência de referências que abordaram o passado das diferentes mulheres que vivenciaram a ditadura, concluindo que “muitas mulheres optaram pelo processo de mediação pública para a transmissão de suas experiências” (TEGA, 2019, p. 21). Assim, ao incorporar uma perspectiva “feminista nos exercícios da memória” (TEGA, 2019, p. 20) em sua análise, Danielle Tega afirmou que, seja nas discussões acadêmicas ou nos movimentos sociais e políticos, o feminismo criou um “espaço coletivo de enunciação que supõe a existência de sujeitos capazes de politizar suas experiências” (p.20). Ressalto aqui a presença das fontes que articulam as memórias

---

<sup>7</sup> Nesta pesquisa, foram analisados 100 testemunhos produzidos entre 1977 e 2010, e o resultado demonstrado foi que menos de 10% destes testemunhos eram testemunhos de mulheres (TELES, 2011 apud TEGA, 2019).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



analisadas por este trabalho como inseridas neste contexto, as quais atuam como exemplos de narrativas que, a partir da mediação pública, contribuiram para a difusão do passado de diferentes experiências de mulheres na ditadura<sup>8</sup>.

A publicização destas memórias referentes aos passados sensíveis envolveram dificuldades que podem referirem-se aos traumas, às relações de opressões – como as de gênero – e, ainda, às diferentes emoções, especialmente se considerarmos os contextos em que estão inseridas. A ex-presa política da ditadura militar brasileira, Rioco Kaiano, ao relatar suas vivências acerca do cárcere político para o livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997), ressalta singularidades próprias ao acesso de suas memórias, as quais encontram-se marcadas pelas situações de repressão e violência por ela vividas:

Percebo em mim uma ambiguidade entre resgatar a história daqueles tempos e a vontade íntima de empurrar essa parte dolorosa da minha vida para o fundo do baú. Sei que não há como apagar as vivências – as boas e as más. São partes integrantes de mim mesma. Lido com elas como eu posso. (p. 34)

A importância dada ao trabalho de memória do contexto é ressaltada no relato de Rioco Kaiano, que, mesmo expondo que o processo de rememoração enfrentado por ela se estabelece a partir de dificuldades, aceita a tarefa de relatar sobre estas vivências tão sensíveis a ela, destacando a ambiguidade nesta tarefa.

Além de todo o contexto da produção de esquecimentos sociais sobre o passado da ditadura militar brasileira – caracterizados por Caroline Bauer (2014) como politicamente induzidos<sup>9</sup> – resalto então que a publicização das memórias de mulheres sobre o cárcere

---

<sup>8</sup> Gostaria de citar que desde o fim da ditadura, já havia iniciativas de parte da sociedade civil em tensionar as disputas pela memória do período. Essas iniciativas atuavam também como forma de manter a memória daquele passado presente nas gerações futuras, visto a insuficiência da construção de políticas de memórias por parte do Estado e na produção de políticas de esquecimento e desmemória (BAUER, 2014). Com a finalidade de citar exemplos que já dialogavam, desde o fim da ditadura, com as vivências e memórias de mulheres no período, cito o projeto “Brasil: Nunca Mais” (1985), que já se preocupava em inserir debates acerca da violência sexual na ditadura, ainda que não tenha sido um aspecto amplamente desenvolvido. E, também, em 1989, insiro a produção e lançamento do filme de Lúcia Murat, “Que bom te ver viva” (1989), cujo trouxe para as telas mulheres testemunhando e narrando sobre as suas próprias vivências dolorosas e de difícil assimilação desencadeadas naquele passado recente.

<sup>9</sup> A discussão acerca das políticas de memória e esquecimento sobre o período da ditadura são bastante abrangentes na historiografia brasileira. Ainda que não seja a temática principal deste trabalho, as discussões aqui propostas se dão inseridas neste cenário. Nesse sentido, considero relevante citar algumas das políticas de esquecimento sobre o período, a título de exemplificar o argumento exposto. Como exemplo das estratégias políticas de esquecimento, temos os esquecimentos envolvidos na Lei de Anistia brasileira (BRASIL, 1979), que



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



político demandou um processo, que, para além da necessidade do poder falar, se fez necessária a construção de um espaço aberto à escuta daquelas vivências (TEGA, 2019; FRANCO, 2017). Este espaço foi sendo estabelecido gradualmente, na medida em que determinadas mulheres puderam vir a público reconhecer suas experiências, também marcadas pelas desigualdades sexuais e de gênero (JOFFILY, 2016), intrínsecas a suas vivências e memórias sobre o período.

Como exemplo, cito a questão que envolve as denúncias de estupro e violências de gênero por parte dos aparatos repressores do Estado sobre os corpos e subjetividades de mulheres militantes, estabelecidas principalmente nos centros clandestinos de tortura. Nesse sentido, muitas das mulheres que vieram à público retomar suas vivências da ditadura ao longo dos anos, apenas compreenderam e destacaram o caráter de gênero e da violência sexual, por exemplo, assim como sentiram-se aptas a falar sobre esses passados anos, mais tarde em que aconteceram (JOFFILLY, 2016). Havia, na época, a dificuldade de denúncia dos estupro e violências de gênero cometidos a essas mulheres, momento também marcado pelo machismo e o conservadorismo. Também, considero que as violências sexuais produzidas pelos aparatos ditatoriais, tal qual afirma Mariana Joffily (2016), não foram um tema “amplamente debatido no período de transição para a democracia e apenas nos últimos anos vêm sendo objeto de uma reflexão mais aprofundada” (JOFFILLY, 2016 p.165). Este aspecto é ressaltado pelo trecho do testemunho de Ana de Miranda Batista, publicizado pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade em 2014:

[Até] poucos anos atrás eu achava que não tinha sofrido [violência sexual]. Porque eu achava que violência sexual era assim: estupro direto, violência direta [...] Tem tanta gente que sofreu né? Companheiras que foram tão violentadas, então eu não sofri. Mas, não é bem assim [...]. Eu fui estuprada com um cassetete no 1º Distrito. (CNV, 2014, p. 418).

O trecho de Ana de Miranda – já debatido em outros artigos acadêmicos que tratam da temática, tal qual o de Mariana Joffily (2016) demonstra esta percepção *a posteriori* das violências sexuais e de gênero, atentando para as possíveis ressignificações que o passado

---

produziu o não reconhecimento das diversas violações e crimes cometidos na ditadura, a anistia dos perpetradores da violência do Estado ditatorial, e, conseqüentemente, ajudou a reforçar a permanência de agentes da ditadura nas estruturas sociais e políticas de poder do Estado. Também, temos como exemplo o caráter tardio da implementação da Comissão Nacional da Verdade e de suas comissões estaduais, em 2014. Ver mais em: FRANCO; 2017; BAUER, 2014; ANSARA, 2012; FERREIRA, 2011.



**IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL**  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



pode sofrer quando acessado pelo presente. Assim, algumas dessas mulheres só puderam compreender os aspectos sexuais e de gênero dessas violências a partir da consciência, das lutas e reivindicações feministas realizadas durante os anos que sucederam suas torturas, na medida em que trouxeram ao debate público pautas relacionadas às distintas opressões vivenciadas por estas mulheres, como as violências de gênero ou como a tipificação do estupro como crime, por exemplo (JOFFILY, 2016; FRANCO, 2018). Considerando que determinados fatores socioculturais puderam afetar na retomada desta memória ao longo do tempo, gostaria de alinhar-me a autoras/es como Michel Pollak (1989), Enrique Padrós (2001) e Elizabeth Jelin (2017) para afirmar a memória como mobilizadora dos tempos históricos, pertencente de um presente no qual ela é acessada. Nesse sentido, a memória pode articular tempos e eventos históricos desencadeados no ínterim entre o passado narrado e o presente de enunciação.

Ainda, a inserção das memórias de determinadas mulheres na dimensão pública também passou por singularidades que definem o processo do lembrar e do narrar o passado traumático, marcadas pelos esquecimentos próprios e indissociáveis da “operação mnêmica” (BAUER, 2014, p. 131). Nesse sentido as memórias, quando acessadas, podem carregar subjetividades singulares: os “não-ditos”, ou seja, os silenciamentos intrínsecos à capacidade do lembrar (GAGNEBIN, 2006). Rose Nogueira, ao relatar sobre as torturas sexuais que passou quando presa pela ditadura militar, ressalta sua impossibilidade em dar continuidade a determinada experiência narrada: “só pode ser isso. E, foi um horror, foi uma coisa... [pausa] Não dá pra contar, não dá [...]” (MEMÓRIAS, 2015). Esses silêncios – também exemplificados pelo relato acima –, podem ser relacionados às memórias traumáticas e ressentidas dessas sujeitas, cujos “não-ditos” podem demarcar a relação subjetiva entre o testemunho, as emoções e o trauma.

De toda forma, a retomada e ressignificação das distintas memórias sobre as vivências marcadas pelo gênero na ditadura militar buscam a compreensão das relações intrínsecas ao presente a partir do entendimento das rupturas e continuidades com o passado traumático. Nesse sentido, esta retomada emerge diante da necessidade de entendimento acerca de como essas vivências afetaram – e afetam – as relações sociais, políticas e culturais do passado, bem como da atualidade. Portanto, sua importância também reside em auxiliar a compreensão das



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021** PRESENTE  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



lutas e resistências de mulheres no decorrer da história brasileira, assim como de suas disputas articuladas no presente.

Na sequência, proponho uma análise voltada para outro aspecto que, ao mobilizar e ser mobilizado por memórias de mulheres demarcadas pelo gênero, também deixou suas impressões na retomada do passado da ditadura: as emoções. Assim, analiso memórias sobre o cárcere da ditadura, que demonstram situações em que as emoções foram significadas por elas a partir de suas dimensões políticas. Neste trabalho, tenho como foco a emoção da amizade e os vínculos políticos entre mulheres travados no período.

### **AMIZADE E VÍNCULOS ENTRE MULHERES COMO ASPECTO DE SUAS MEMÓRIAS SOBRE A DITADURA MILITAR**

De início, considero que as emoções dos indivíduos podem ser definidas a partir das relações sociais e culturais decorrentes de suas interpretações e vivências, sejam elas individuais ou coletivas (ROSENWEIN, 2011). Também, entendo que a gama de emoções presentes nas memórias de mulheres que narraram suas resistências contra a ditadura, relacionam-se, não somente aos acontecimentos vividos – as violências e vivências no cárcere marcadas por emoções, por exemplo –, como também às interações socioculturais dessas memórias no presente – a forma como as emoções afetam no processo de rememoração. Nesse sentido, retomo o relato de Nair Yumiko Kobashi para o livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997):

Revisitar a memória para falar do presídio Tiradentes não é fácil. O presídio evoca sentimentos ambivalentes. De um lado, aqueles relacionados à dor causada pelo confinamento – prisão costuma rimar com dor. De outro, gestos de generosidade, de solidariedade, de afeto, de alegria. Das lembranças guardadas, são estas últimas as mais significativas e permanentes para mim. (p.310)

Ao afirmar que a memória sobre o presídio político da ditadura “evoca sentimentos ambivalentes”, Nair Yumiko destaca para a forma como as emoções estão relacionadas com seu passado, optando por resignificá-las a partir de emoções consideradas por ela como positivas. Pensando então nas subjetividades intrínsecas ao testemunho e à memória, ressalto que um leque de emoções pode estar presente ao momento de transmissão da memória, de





IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021** PRESENTE  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



diferentes formas: a pessoa que narra pode se emocionar ao lembrar do passado, e, nesse movimento, retomar emoções. Conseqüentemente, a partir de uma possível identificação com o passado narrado, quem interpreta essas memórias é capaz de se emocionar a partir dos sentimentos manifestados pelo contato com a memória (WOLFF, 2015, p. 987).

Na sequência, destaco para as memórias de mulheres que retomaram suas vivências traumáticas e sensíveis da ditadura militar a partir do viés da amizade política entre mulheres, considerando que estas memórias não se restringem apenas em retomar emoções do passado, mas em evocá-las no presente. Para tal, gostaria de categorizar, brevemente, sobre a amizade. Considero a amizade como uma emoção que pode ser definida a partir do estabelecimento de vínculos sociais entre pessoas que compartilham visões de mundo, inquietações, contextos e identificações entre si. A amizade atinge sua profundidade afetiva na medida em que aqueles e aquelas que estão nela envolvidas podem sentirem-se emocionalmente afetadas pela relação com a outra, afirmando o afeto como aquilo que permite conectarmos ao mundo (HEMMINGS 2005). Assim, viabiliza a “conexão com outras pessoas e possibilita ao indivíduo uma forma de narrar sua própria vida (gostos, desgostos, desejos e repulsas) para si e para os outros” (HEMMINGS, 2005, p. 551).

Ao considerar que um dos aspectos presentes em memórias de mulheres sobre a repressão e o cárcere político da ditadura militar vem sendo a mobilização da amizade como uma emoção necessária para a resistência de mulheres no período, trago o exemplo do relato de Nair Yumiko Kobashi para o filme “Torre das Donzelas” (2018), quando ao relatar sobre a importância das relações estabelecidas por ela no momento de prisão política: “É até estranho dizer isso, mas a prisão com os seus companheiros, com os seus pares é um momento de recomposição pessoal, de superação” (TORRE, 2018, 33’00”). A ênfase da amizade no cárcere político do Presídio Tiradentes, retomado por Nair Yumiko, pode ser expressa neste relato, na medida em que ela associa estas vivências a formas de superação e recomposição. Assim, evidencia sua percepção de que a experiência que vivenciou durante o cárcere, quando em grupo, foi capaz de produzir sentimentos de reconstrução pessoal através do fortalecimento coletivo.

Nesse sentido, a amizade entre mulheres é recorrentemente retomada por elas como uma resistência, na medida em que subverte as intenções repressoras do aparato ditatorial. Em



**IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL**  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



plena ditadura militar, estabelecer vínculos de amizade e solidariedades poderia ser uma forma de embate às estruturas de poder vigentes. Segundo Caroline Jaques Cubas (2014), com a consolidação da Lei de Segurança Nacional em 1969, e, conseqüentemente, o fortalecimento da “cultura do medo” (BAUER, 2014), quaisquer manifestações de solidariedade corriam o risco de ser interpretadas e julgadas como “potencialmente subversivas e, dessa forma, fortemente reprimidas” (CUBAS, 2014, p. 229). Ainda, referente aos vínculos estabelecidos entre mulheres, cito que estes têm sua dimensão política reforçada frente ao contexto conservador e machista na qual estas mulheres se inseriam.

Dilma Rousseff, ao retomar a memória do dia que deixou a prisão, também ressaltou o aspecto da amizade construída por ela e suas companheiras no período de cárcere político no presídio Tiradentes:

Eu percebi que eu ia ter saudades delas também. Que um lado era liberdade, mas por outro lado também eu tava perdendo muita coisa, que era esse convívio [...] Tem relações afetivas que você tem que você herda ne, que você escolheu. São relações eletivas, que você elegeu e que a vida te deu. É que nem sua família, elas fazem parte da minha família. É diferente, eu acho, de uma prisão como a nossa, e de uma outra que você sai com alívio [...] Não é a mesma sensação de liberdade. (TORRE, 2018, 86’20’)

Reitero que a construção de laços de amizade está expressa nas memórias dessas mulheres como parte de suas resistências, aspecto reforçado pelo testemunho de Dilma Rousseff. O fortalecimento de vínculos entre mulheres neste período é retomado por elas como aspectos que as impediram de sentirem-se sós, que permitiram que encontrassem o cuidado e o afeto até em momentos difíceis. Nesse sentido, Susel da Rosa pontua que a amizade foi “fundamental para permanecer em combate, para transpor a linha de força, ultrapassar o poder e enfrentar a exposição ao fora” (ROSA, 2013).

Mesmo quando ao retomar as vivências relacionadas às torturas estabelecidas pelo sistema ditatorial brasileiro sobre seus corpos e subjetividades, estas mulheres perspectivam suas vivências também atreladas a amizade e aos vínculos. Nesse sentido, assinalo a vivência relatada por Rose Nogueira ao audiovisual “Memórias Femininas da luta contra a ditadura” (2015), em que narra sobre uma de suas relações de amizade estabelecidas no interior da prisão no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS):



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021** PRESENTE  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Jogaram a Vera lá toda torta e eu pensei que ela tinha morrido, e eu comecei a gritar pros meninos, “ela morreu, ela morreu!” [...] Aí eles vieram buscar ela. [...] E, eu perguntei pra um daqueles guardas que ficavam ali: “aonde é que levaram a Vera?” [...] aí ele falou assim: “levaram ela lá pra uma sala dos investigadores onde tem os beliches, ela tá lá”. Claro que eu não acreditei, nunca mais vi a Vera. Eu achei que ela tinha morrido. [...] Aí, trinta e tantos anos depois, ela me escreveu um *e-mail*: “Você por acaso esteve no DOPS? Eu sou a Vera”. Eu me lembro que quando eu li eu tremia inteira, eu tremia. E até hoje falar dela é uma coisa tão [suspiro], sabe? Sabe, de vez em quando a gente se telefona... Ela veio pra São Paulo. [choro] Ai desculpa é que eu fico muito emocionada [...] eu pensava que ela estava morta, e a gente se encontrou. (MEMÓRIAS, 2015).

A importância da amizade naquele momento de compartilhamento da dor é expressa no relato de Rose Nogueira. Ao mesmo tempo em que expõe a violência e repressão ditatorial em tom de denúncia, também retoma a continuidade de seus vínculos construídos mesmo nos contextos mais adversos, os quais sobreviveram anos após o acontecimento destas vivências.

Reforçando o caráter político destas vivências de amizade, Dilma Rousseff relata ao filme “Torre das Donzelas” (2018), ao se referir ao passado estabelecido entre ela e suas companheiras no cárcere político do presídio Tiradentes: “A torre é uma experiência política também. É de como inclusive mesmo fora da sociedade, mesmo distante, mesmo numa situação de extrema repressão, você pode construir.” Ao abordar o passado doloroso a partir desta perspectiva, Dilma Rousseff evoca possíveis continuidades de resistências, afirmando sobre a possibilidade de construção e atuação política, mesmo em situações extremas de repressão.

De acordo com as memórias vinculadas às fontes aqui escolhidas, é recorrente que as construções de vínculos, atividades de escuta e discussões, as práticas de solidariedade e de fortalecimento entre mulheres no cotidiano do cárcere político da ditadura sejam retomadas por elas como atos políticos desencadeados como forma de luta contra a ditadura (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997; MEMÓRIAS, 2015; TORRE, 2018). Ao fazerem isso, atribuem um caráter político às emoções, tensionando inclusive o contexto apresentado por Sara Ahmed (2015), de que, no âmbito político, determinadas emoções – atreladas às mulheres e à noção de feminilidade – são negligenciadas em detrimento da razão – aspecto recorrentemente atrelado aos homens (AHMED, 2015).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma contextualização sobre o processo de retomada e publicização de memórias de mulheres sobre suas vivências travadas no contexto de repressão da ditadura militar brasileira, este trabalho buscou apresentar situações pontuais onde a amizade, ao ser mobilizada por memórias de mulheres, foi retomada por elas como vivências necessárias para suas lutas e resistências travadas no passado e no presente. Longe de pretender esgotar essa temática, este trabalho suscita inquietações que envolvem os estudos da memória, do gênero e das emoções no contexto histórico da ditadura militar brasileira.

Gostaria de destacar, ainda, que não tive aqui qualquer intenção de essencializar todas as relações de amizade entre mulheres estabelecidas durante a ditadura, ou mesmo de reduzir as distintas vivências articuladas na época a essas aqui apresentadas. Inclusive, observo, na pesquisa com as fontes, casos pontuais de memórias de mulheres que versam sobre o não sentimento de pertencimento a um grupo dentro do cárcere político (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997), ou sobre tensões desencadeadas dentro do cárcere. Porém, até mesmo as ocorrências em que estas memórias aparecem se tornam passíveis de reflexões futuras. Isto porque elas são abordadas com muito menos frequência nas fontes.

Destaco que a memória e o testemunho dessas mulheres – também estruturadas pelo gênero (OBERTI, 2010) – podem atuar como uma “prática de (re)subjetivação” (TEGA, 2019, p.40), permitindo assim uma condição para o processo de cura individual e coletiva do trauma. Nesse sentido, considerando que determinadas mulheres articularam suas memórias a partir da dimensão política das emoções, estes aspectos podem se inserir enquanto necessários ao processo de trabalho de memória sobre estes passados sensíveis.

Acredito, então, que essas narrativas sobre os vínculos de amizade entre mulheres – assim como sobre as opressões de gênero vivenciadas – podem demonstrar o quanto esses aspectos marcaram suas experiências, a ponto de serem enquadradas por elas como um dos fortes momentos de resistência à ditadura. E, se estas mulheres retomam essas memórias de uma forma pública com recorrência, é porque, de alguma forma, ensejam que esses elementos estejam marcados na memória coletiva não apenas de suas gerações, mas das gerações futuras.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO  
2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



## REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. **La política cultural de las emociones**. México: Universidad Autónoma de México, Programa Universitario de Estudios de Género, 2015.

ANSARA, Soraia. Políticas de Memória X Políticas de Esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. **Psicologia Política**: São Paulo, v. 12, n. 24, p. 297-311, maio/ago. 2012.

BAUER, Caroline. Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da “argentinização” da transição política. **Diálogos**: Maringá, v. 18, n. 1, p. 121-145, jan/abril 2014.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**, Comissão Nacional da Verdade. Recurso Eletrônico, p. 976 V volume I. Brasília: CNV, 2014.

CUBAS, Caroline Jaques. **Do hábito ao ato: vida religiosa feminina ativa no Brasil (1960 – 1985)**. 2014. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, v. 10, p. 102-115, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/4500/3477>

FRANCO, Paula. **A escuta que produz a fala: o lugar do gênero nas comissões da verdade**. 2017. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville. **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione, 1997.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História, Testemunho. In.: GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, esquecer, escrever**. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 49 -57.

HEMMINGS, Clare. Invoking Affect: Cultural theory and the ontological turn. **Cultural Studies**. v. 19, n. 5, set. de 2005, pp. 548-567.

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado**: como construimos la memoria social. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017. P. 241-286.

JOFFILY, Mariana. Violências sexuais nas ditaduras latino-americanas: quem quer saber?. **SUR 24**, v.13, n. 24, p. 165-176, 2016.

MEMÓRIAS Femininas da Luta Contra a Ditadura Militar. Laboratório de Estudos do Tempo Presente: Instituto de História. Rio de Janeiro, UFRJ, 2015 (51m34s).



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO**  
**2021 PRESENTE**  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memoria? In.: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p.13-30.

PADRÓS, Enrique Serra. Ditadura brasileira: verdade, memória... e justiça?. **Historiae**, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 3, p. 65-84, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3262/1939>.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLACK, Michael. Memória, silêncio, esquecimento. **Estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRAXEDES, Vanda Lúcia; MANSO, Haydenée. Torre das Donzelas: memórias das experiências de liberdade e resistência no cárcere. **Revista temas em educação**, João Pessoa, v. 29, n. 2, p. 325-350, jun./jul. 2020.

ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias: não imagine que precise ser triste para ser militante*. São Paulo: FAPESP, 2013.

ROSENWEIN, Barbara H. **História das emoções: problemas e métodos**. Letra e Voz, 2011.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **História Oral e História das Mulheres: Rompendo silenciamentos**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>.

TEGA, Danielle. **Tempos de dizer, tempos de escutar: Testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Intermeios/FAPESP, 2019.

TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e Repressão: Locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo. **Lua nova**: São Paulo, v. 96, p. 191-220, 2015.

TELES, Janaína de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

TORRE das Donzelas. Direção de Susanna Lira. Brasil, 2018. Documentário (97 min).

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n.3, p. 975-989, 2015.